

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que os ativos intangíveis provenientes de direitos oriundos de contratos de concessão sejam amortizados pelo menor entre: (i) o prazo da vida útil estimada dos ativos subjacentes ao direito de concessão ou (ii) o prazo remanescente do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2015 a Companhia não havia efetuado análise da vida útil estimada do ativo intangível da concessão. Consequentemente, não foi possível determinar os efeitos, se existirem, em relação às despesas de amortização e à amortização acumulada do exercício findo naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Florianópolis, 10 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2015	31/12/2014	Passivo	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	47.895.781	37.717.171	Fornecedores	11	131.940.618	129.446.842
Contas a receber de clientes	4	40.055.234	42.418.853	Empréstimos e financiamentos	14	128.984	-
Tributos a recuperar	7	918.791	10.978.095	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		9.241.749	7.351.827
Estoques	6	1.942.739	1.823.835	Tributos a pagar	12	5.001.839	2.921.975
Outras contas a receber	5	2.046.668	1.675.988	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	106.023	-
Despesas antecipadas		402.173	211.149	Participação nos resultados		-	2.756.381
				Dividendos e juros sobre capital próprio da pagar	15	4.016.640	10.185.510
				Cauções em garantia	17	68.857	200.152
				Provisão para contingências	16	1.817.104	994.747
Total do ativo circulante		93.261.386	94.825.091	Total do passivo circulante		152.321.814	153.857.434
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários		2.001.452					
Contas a receber de clientes	4	80.996.298	56.288.941	Empréstimos e financiamentos	14	20.201.570	-
Tributos diferidos	8	9.134.959	1.530.098	Cauções em garantia	17	533.708	719.631
Tributos a Recuperar	7	1.138.364	1.425.498				
Creditos nas operações de venda e aquisição de gás	9	26.887.333	38.575.569	Total do passivo não circulante		20.735.278	719.631
Depósitos judiciais		1.735.431	2.724.518				
		121.893.837	100.544.624	Patrimônio líquido	18		
Investimentos		2.400	2.400	Capital social		121.544.940	121.544.940
Intangíveis	10	208.066.054	204.928.145	Reservas de Lucros		124.178.255	94.971.724
		208.068.454	204.930.545	Dividendos a disposição da AGO		4.443.390	29.206.531
Total do ativo não circulante		329.962.291	305.475.169	Total do patrimônio líquido		250.166.585	245.723.195
Total do ativo		423.223.677	400.300.260	Total do passivo e patrimônio líquido		423.223.677	400.300.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Nota	31/12/15	31/12/14
Receita líquida - Venda de gás	19 a	686.441.984	709.860.631
Receita de construção - CPC 17	19 b	<u>28.722.917</u>	<u>40.863.475</u>
		715.164.901	750.724.106
Custo dos produtos vendidos	20	(616.899.061)	(622.292.580)
Custo de construção - CPC 17	19b	<u>(28.722.917)</u>	<u>(40.863.475)</u>
		(645.621.978)	(663.156.055)
Lucro bruto		69.542.923	87.568.051
Despesas operacionais			
Despesas de vendas		(8.709.245)	(7.238.404)
Despesas administrativas		(25.293.464)	(22.394.407)
Outros resultados operacionais	21	<u>(27.469.639)</u>	<u>(5.253.454)</u>
		(61.472.348)	(34.886.265)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.070.575	52.681.786
Receitas financeiras		3.368.906	3.261.463
Despesas financeiras		<u>(3.343.814)</u>	<u>(419.490)</u>
	22	25.092	2.841.973
Lucro operacional antes dos impostos		8.095.667	55.523.759
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(9.776.007)	(15.352.214)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>7.604.860</u>	<u>584.496</u>
Lucro líquido do exercício		<u>5.924.520</u>	<u>40.756.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	5.924.520	40.756.041
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>5.924.520</u>	<u>40.756.041</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	Reservas de lucros							Dividendos à disposição da AGO	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Reserva especial dividendos	Lucros acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	121.544.940	24.308.987	-	48.264.600	5.642.690	-	22.398.138	222.159.355	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	40.742.041	-	40.742.041	
Destinações									
Juros sobre Capital Próprio						(7.650.000)		(7.650.000)	
Imposto de Renda Retido Fonte - JSCP						(1.350.000)		(1.350.000)	
Dividendos Complementar Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(2.535.510)	-	(2.535.510)	
Reserva Especial Dividendos	-	-	-	-	(5.642.690)	-	-	(5.642.690)	
Reserva de Retenção de Lucros 2013	-	-	-	10.702.778	-	-	(10.702.778)	-	
Reserva Estatutária	-	-	11.695.359	-	-	-	(11.695.359)	-	
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	(29.206.531)	29.206.531	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	121.544.940	24.308.987	11.695.359	58.967.378	-	-	29.206.531	245.723.195	
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	9.456.299	-	-	(9.456.299)	-	
Reserva Estatutária	-	-	19.750.232	-	-	-	(19.750.232)	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.924.520	-	5.924.520	
Destinações									
Dividendos Complementar ao mínimo obrigatório	15	-	-	-	-	(1.481.130)	-	(1.481.130)	
Dividendos a disposição da AGO	-	-	-	-	-	(4.443.390)	4.443.390	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	121.544.940	24.308.987	31.445.591	68.423.677	-	-	4.443.390	250.166.585	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.924.520	40.742.041
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Amortização	25.520.009	25.007.300
Constituição de provisão para contingências passivas	822.357	558.557
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	337.878	342.543
Constituição de provisão de fornecedores	-	85.000
Constituição provisão Impairment	23.050.968	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.604.860)	(584.496)
Atualização Ship/Take or Pay e Variação Cambial Transporte	31.409.268	(10.177.697)
Baixa bens do intangível	-	448.446
	<u>79.460.140</u>	<u>56.421.694</u>
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(22.681.617)	(17.645.859)
Tributos a recuperar	10.346.439	(5.997.961)
Estoques	(118.904)	(307.267)
Títulos e Valores Mobiliários	(2.001.452)	-
Creditos nas operações de venda e aquisição de gás	(9.688.318)	(4.357.375)
Outras contas do ativo	427.557	1.981.819
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(30.589.908)	11.476.251
Obrigações tributárias	2.079.865	(700.331)
Imposto de renda e contribuição social	106.023	(3.401.307)
Obrigações sociais e trabalhistas	(866.460)	(69.244)
Cauções em garantia	(317.219)	(419.297)
	<u>(53.303.994)</u>	<u>(19.440.571)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	26.156.146	36.981.123
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	<u>(28.657.918)</u>	<u>(34.055.347)</u>
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(28.657.918)	(34.055.347)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos e JSCP	(7.650.000)	(13.497.112)
Obtenção de empréstimos	<u>20.330.382</u>	<u>-</u>
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	12.680.382	(13.497.112)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes	10.178.610	(10.571.336)
Caixa e equivalentes no início do exercício	<u>37.717.171</u>	<u>48.288.507</u>
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>47.895.781</u>	<u>37.717.171</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (“Companhia” ou “SCGÁS”), sociedade de economia mista criada em 25 de fevereiro de 1994 através da Lei nº 8.999/93, possui como objeto a distribuição de gás natural canalizado, com exclusividade, a todo o Estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina foi firmado em 28 de março de 1994 com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos, contados a partir dessa data. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC também é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Até dezembro de 2015, foram distribuídos pela SCGÁS 632 milhões de metros cúbicos de gás natural ¹. Em relação ao mesmo período de 2014, houve uma queda de 4,68% no volume de vendas. A SCGÁS possui 9 unidades denominadas “ESTAÇÕES DE RECEBIMENTO-ER”, por meio de 1.104 Km de rede de distribuição.

Apesar da alta nas cotações do dólar, a queda dos preços do petróleo no mercado internacional em 2015 levou a uma redução no custo de aquisição do Gás Natural boliviano, totalizando - 3,69% em relação a 2014.

A instabilidade no ambiente regulatório vem se mantendo, principalmente, desde 2012 no qual a companhia permaneceu sem definição clara, por parte da agência reguladora, sobre a metodologia de repasse do custo do gás para a tarifa, bem como da revisão tarifária. Tal situação requereu a suspensão da aplicação de uma importante política comercial de descontos da Companhia, o Plano de Fidelidade, que vigorou por mais de uma década, porém, alguns consumidores estão contestando judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, pagando as faturas com a aplicação dos descontos do Plano, depositando o valor controverso em juízo. Até dezembro de 2015 o montante que deixou de entrar no caixa da empresa totalizou R\$ 79,6 milhões. As dificuldades vivenciadas lançam o desafio de se construir um ambiente de maturidade técnica no campo da regulação dos serviços concedidos de distribuição de gás em Santa Catarina.

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como metro cúbico ou km, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 59.060.428 (R\$ 59.032.343 em 2014), impactado principalmente pelo valor a receber dos clientes que estão questionando a parcela do Plano de Fidelidade e que estão contabilmente classificados no Realizável a longo Prazo. Foram implementadas as seguintes ações para buscar reverter a situação de capital circulante líquido negativo em 2014 e 2015. A seguir seguem as principais ações que foram implementadas:

- Manutenção de cheque especial junto a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 30 milhões;
- Manutenção de linha de crédito Cartão Corporativo no valor de R\$ 10 milhões junto ao Banco do Brasil;
- Contratação de empréstimo via emissão de debentures não convercíveis junto ao BNDES para financiar os investimentos previstos em orçamento no montante de R\$ 26,8 milhões. Em dezembro de 2015 aconteceu a liberação de R\$ 20,2 Milhões, sendo que a liberação restante deverá acontecer no início de 2016;
- Acompanhamento sistemático do orçamento.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A diretoria de administração e finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em reunião realizada em 10 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4** - Clientes (PCLD)
- **Nota 10** - Intangíveis
- **Nota 16** - Provisão para contingências

Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

(i) Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

(ii) Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes, por isso é obrigatória registro das receitas e custos de construção.

A SCGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN, para a SCGÁS, se apresenta integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

c. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na festão das obrigações de curto prazo.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

(i) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos da dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

e. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

f. Intangível

Contrato de concessão

A Companhia possui com o Estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito a infraestrutura construída pela concessionária ao final da concessão. Por meio desse contrato a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do mesmo.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores dispendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura), passíveis de recuperação via tarifa, em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis a Companhia interpretou e considerou, em atendimento as premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e consequentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis, e consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a provisão para perdas.

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferido e a contribuição social corrente e diferida. O tributo corrente e o diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

j. Variação cambial transporte

A variação cambial do transporte de gás do exercício atual é reconhecida no resultado de acordo com a variação cambial do dólar, conforme contrato firmado entre as companhias de gás e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições.

I. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

m. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/15	31/12/14
Caixa	5.671	6.353
Bancos conta movimento	5.497.099	2.364.164
Aplicações Financeiras	42.368.167	35.254.057
Numerários em Transito	24.844	92.597
	47.895.781	37.717.171

O saldo dos bancos conta movimento têm por objetivo o pagamento das faturas de gás natural com vencimento em meses subsequentes.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/15	31/12/14
Banco do Brasil	100% CDB	97% CDI	-	700.605
Caixa Econômica Federal	100% a 105% CDB Flex	99% CDI	42.368.167	34.553.452
			42.368.167	35.254.057

4 Contas a receber de clientes

	31/12/15	31/12/14
Circulante		
Distribuição de gás canalizado	40.728.922	40.135.551
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.925.093)	(1.587.215)
Parcelamento Clientes	1.670.704	4.949.711
(-) juros a transcorrer	(419.299)	(1.079.194)
	40.055.234	42.418.853
Não circulante		
Distribuição de gás canalizado	79.610.244	56.110.611
Parcelamento Clientes	1.625.211	412.476
(-) juros a transcorrer	(239.157)	(234.146)
	80.996.298	56.288.941

(i) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos.

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2015, segregado pela faixa de idade dos saldos:

	A vencer	< 90 dias	> 90 dias < 180 dias	> 180 dias < 360 dias	> 360 dias	Total
Cientes - Circulante	39.272.149	1.344.426	16.520	131.793	1.634.738	42.399.626
Cientes - Não Circulante	<u>3.250.197</u>	<u>6.179.235</u>	<u>6.412.554</u>	<u>12.190.737</u>	<u>53.202.732</u>	<u>81.235.455</u>
	<u>42.522.346</u>	<u>7.523.661</u>	<u>6.429.074</u>	<u>12.322.530</u>	<u>54.837.470</u>	<u>123.635.081</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.587.215
Provisão constituída no exercício	<u>337.878</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.925.093</u>

(ii) Plano fidelidade

O valor reclassificado para o ativo não circulante no montante de R\$ 79.610.244 refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis questionando a suspensão do plano de fidelidade, onde obtiveram, liminares que concedem o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, que representa em média um percentual de 11,7% da fatura total.

Apesar de haver algumas pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a SCGÁS receba integralmente os valores controversos e não pagos à Companhia em razão das liminares. Durante os últimos dois anos a SCGÁS assinou renegociação com alguns clientes, sendo que estes retiraram as ações judiciais que moviam contra a SCGÁS referente a suspensão do Plano de Fidelidade.

Com base no disposto acima, tais valores não foram tratados como inadimplência, e dessa forma não estão sendo provisionados.

5 Outras contas a receber

	31/12/15	31/12/14
Adiantamento a fornecedores	1.436.273	1.407.059
Alienação em curso	37.470	10.036
Devedores diversos	<u>572.925</u>	<u>258.893</u>
	<u>2.046.668</u>	<u>1.675.988</u>

6 Estoques

	31/12/15	31/12/14
Estoque de Gás Natural	314.664	382.608
Estoque operação e manutenção	<u>1.628.075</u>	<u>1.414.758</u>
	<u>1.942.739</u>	<u>1.797.366</u>

7 Tributos a recuperar

	31/12/15	31/12/14
IRPJ antecipado	-	4.828.698
CSLL antecipado	-	2.715.526
Tributos Diferidos - IRPJ e CSLL	9.134.959	-
ICMS a Recuperar	2.057.156	4.859.369
	<u>11.192.115</u>	<u>12.403.593</u>
Circulante	918.791	10.978.095
Não circulante	10.273.324	1.425.498

8 Tributos diferidos

	31/12/15	31/12/14
Diferenças Temporárias IR e CSLL		
Provisão para contingências passivas	617.815	338.214
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	654.532	539.653
Mudança critério amortização	(343.452)	(394.837)
Provisão variação cambial gás	-	591.859
Ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	273.477	455.209
Impairment SOP	7.837.229	-
Outras Provisões	95.358	-
	<u>9.134.959</u>	<u>1.530.098</u>

Os valores de IRPJ e CSLL diferidos a recuperar no montante de R\$ 273.477 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 455.209 em 31 de dezembro de 2014) são decorrentes das mudanças previstas na Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, sendo que a sua completa recuperabilidade irá ocorrer até o ano de 2018.

Abaixo segue a composição do saldo por natureza:

Ativo	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.925.093	1.587.215
Provisão para contingências passivas	1.817.104	994.747
Diferença amortização imobilizado de terceiros até 2014	54.128	64.071
Diferença amortização imobilizado de terceiros a partir 2015	1.073	-
Provisão variação cambial gás	-	1.740.763
Provisão serviços pessoa jurídica	85.000	85.000
Imposto diferido baixa ativo SOP	804.343	1.200.657
Provisão para Impairment SOP	23.050.968	-
Provisão taxa ARESC	139.968	-
	<u>27.877.677</u>	<u>5.672.453</u>
Base do crédito ativo fiscal diferido	27.877.677	5.672.453
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo	<u>9.478.410</u>	<u>1.928.634</u>
Passivo		
Diferença Amortização Imob. Terceiros Até 2014	983.446	1.172.165
Diferença Amortização Imob. Terceiros Bens A Partir De 2015	26.707	-
	<u>1.010.153</u>	<u>1.172.165</u>
Base Do Crédito Fiscal Diferido Passivo	1.010.153	1.172.165
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	<u>343.451</u>	<u>398.536</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido - líquido	<u>9.134.959</u>	<u>1.530.098</u>

9 Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

O montante de R\$ 26.887.333 (R\$ 38.575.569 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao pagamento antecipado à Petrobrás da capacidade de transporte paga e não utilizada, conforme Aditivo Contratual de 02 de fevereiro de 2007, firmado com a fornecedora de gás natural - Petrobras.

De acordo com o referido contrato a Companhia possui obrigação mínima de transporte diário de 1.900.000m³. A medição de tal utilização se dá anualmente, sendo que o aditivo supramencionado convencionou o exercício como tendo início no dia 1º de abril e término em 31 de março.

Assim, quando apurado diferença positiva entre a garantia diária e a quantidade de gás efetivamente transportado durante o exercício a Companhia passa a ter a obrigatoriedade de pagar à Petrobras, o valor correspondente a esta diferença.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos. Todavia o baixo crescimento de vendas, evidenciado nos últimos períodos e a projeção de transporte de gás previstas até o encerramento do contrato firmado com a Petrobras, implicaram em uma restrição do prazo de recuperação do SOP, já que, o vencimento do contrato de suprimento, é março de 2020. Conseqüentemente para atendimento ao CPC 01 (NBC TG 01), a Companhia reconheceu em 2015 uma provisão para perda no montante de R\$ 23.050.968.

A quantidade quitada e não transportada poderá ser recuperada nos anos remanescentes do contrato, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação do Ship or Pay

Saldo em 31 de dezembro de 2014	38.575.569
(+) Adições	9.688.318
(+) Atualização	1.674.414
(-) Impairment SOP	<u>(23.050.968)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>26.887.333</u>

A previsão para início da compensação, segundo estudos efetuados pela Companhia, se apresenta conforme o quadro abaixo.

Recuperação SOP Ano - Período	Saldo gerado m ³	Saldo a Recuperar m ³	Prazo para recuperação limite
Ano 8 - Abr07/Mar08	78.055.937	70.206.398	mar/18
Ano 9 - Abr08/Mar09	27.196.549	27.196.549	mar/19
Ano 10 - Abr09/Mar10	43.299.567	43.299.567	dez/20
Ano 11 - Abr10/Mar11	36.187.455	36.187.455	dez/20
Ano 12 - Abr11/Mar12	20.394.065		
Complementar 2011/2012	264.182	20.658.247	dez/20
Ano 13 - Abr12/Mar13	22.170.431	22.170.431	dez/20
Ano 14 - Abr13/Mar14	14.250.342	14.250.342	dez/20
Ano 15 - Abr14/Mar15	34.495.529	34.495.529	dez/20
Ano 16 - Abr15/Dez15	<u>42.533.230</u>	<u>42.533.230</u>	dez/20
Total	318.847.287	310.997.748	

Em 2015 a Companhia efetuou pedido de prorrogação de prazo para fins de recuperação do SOP junto a Petrobras até dezembro de 2020, o qual foi considerado como premissa para o cálculo do valor de impairment provisionado.

10 Intangíveis

	Taxa anual de amortização	31/12/15	31/12/14
Terrenos	-	387.990	387.990
Tubulações	10%	357.411.543	347.666.635
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	68.789.901	67.902.951
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.580.589	1.532.910
Sistemas e equipamentos de informática	10%	3.992.355	3.719.393
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	660.997	570.317
Sistema de gestão	10%	1.919.762	1.318.871
Software	10%	1.562.121	1.562.121
Intangível a amortizar	-	<u>79.884.018</u>	<u>62.870.170</u>
		516.189.276	487.531.358
(-) Amortização acumulada		<u>(308.123.222)</u>	<u>(282.603.213)</u>
		<u>208.066.054</u>	<u>204.928.145</u>

A movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 se deu como segue:

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	387.990	-	-	-	-	-	387.990
Tubulações	124.875.826	-	(18.918)	(5.106)	9.768.931	(22.554.056)	112.066.677
Aparelhos, máquinas e equipamentos	13.760.799	896.255	(848)	(587.875)	579.417	(2.667.679)	11.980.069
Equipamentos e móveis administrativos	469.812	48.864	(1.185)	-	-	(106.022)	411.469
Sistemas e equipamentos de informática	1.513.429	455.871	(182.909)	-	-	(76.908)	1.709.483
Benfeitorias em imóveis de terceiros	303.448	90.680	-	-	-	(46.179)	347.949
Sistema de gestão	311.334	600.891	-	-	-	-	912.225
Software	435.339	-	-	-	-	(69.164)	366.175
Intangível a amortizar	<u>62.870.168</u>	<u>27.610.547</u>	<u>(242.085)</u>	<u>(6.265)</u>	<u>(10.348.348)</u>	<u>-</u>	<u>79.884.017</u>
	<u>204.928.145</u>	<u>29.703.108</u>	<u>(445.945)</u>	<u>(599.246)</u>	<u>-</u>	<u>(25.520.009)</u>	<u>208.066.054</u>

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculados à prestação do serviço especificado no contrato de concessão de serviços.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição, segundo o entendimento da administração, está intrinsecamente relacionada ao benefício econômico por ele gerado, relacionado ao cumprimento do contrato de concessão. Em virtude disto e do determinado no Contrato de Concessão para o cálculo da tarifa para distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens da concessão com a taxa de 10% ao ano. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia, de acordo com o contrato de concessão, serão reversíveis ao poder concedente no término do mesmo, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido a Companhia. Em virtude das taxas de amortização utilizadas, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui valores a receber do poder concedente.

11 Fornecedores

	31/12/15	31/12/14
Fornecedor de Gás - Petrobras	126.381.137	117.605.095
Fornecedores de materiais e serviços	<u>5.559.481</u>	<u>11.841.747</u>
	<u>131.940.618</u>	<u>129.446.842</u>

12 Tributos a pagar

	31/12/15	31/12/14
Cofins a recolher	1.361.605	256.164
Pis a recolher	294.946	55.615
ICMS a recolher	3.139.828	1.050.111
Tributos Retidos Fonte	<u>205.460</u>	<u>1.560.085</u>
	<u>5.001.839</u>	<u>2.921.975</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social - Resultado

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.095.667	55.509.759
Aliquota - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	(2.752.527)	(18.873.318)
Débitos/créditos permanentes		
Incentivos Fiscais	616.600	1.190.856
Juros Sobre Capital Próprio	-	3.060.000
Adições Exclusões Liquidadas	(35.221)	(145.256)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(2.171.147)</u>	<u>(14.767.718)</u>
Corrente	9.776.007	15.352.214
Diferido	(7.604.860)	(584.496)
Taxa efetiva - %	<u>26,82%</u>	<u>26,60%</u>

14 Empréstimos e financiamentos

			31/12/15
BNDES 3	2,9% ao ano mais SELIC	16/05/2022	10.196.221
BNDES 3	2,9% ao ano mais TJLP	16/05/2022	<u>10.134.333</u>
			<u>20.330.554</u>
Circulante			128.984
Não circulante			20.201.570

Os recursos do financiamento foram decorrentes a emissões de 26.070 debentures com valor nominal de R\$ 100,00 cada. Os recursos decorrentes da subscrição das debentures foi utilizado para financiar os investimentos da SCGAS realizados entre os anos de 2013 a 2015, que contempla a expansão, modernização e adequação da Rede de Distribuição de Gás Natural dentro da área de concessão.

15 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A Companhia possui provisionado o montante de R\$ 4.016.640 (R\$ 10.185.510 em 2014), referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com o seu estatuto social e Lei 6.404/76. Abaixo segue a memória de calculo:

Lucro do Exercício de 2015	5.924.520
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	1.481.130
Dividendos Complementares a disposição da AGO	4.443.390

Em dezembro de 2015 a AGE aprovou a postergação dos dividendos relativos ao exercício de 2014 para pagamento em março de 2016.

Em 2015 não houve provisão de juros sobre capital próprio, sendo liquidado o saldo que estava provisionado de 2014 no valor de R\$7.650.000.

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos civis, trabalhistas, tributários e outros assuntos que estão sendo discutidos judicialmente. Com base no CPC 25 e na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$ 1.817.104 (R\$ 994.747 em 31 de dezembro de 2014) que possuem risco de perda classificado como provável.

Causa	Civil	Trabalhistas	Tributária	Total
Provável	59.504	1.757.600	-	1.817.104
Possível	-	150.144	-	150.144
Remota	<u>38.782</u>	<u>25.020.096</u>	-	<u>25.058.878</u>
	<u>98.286</u>	<u>26.927.840</u>	-	<u>27.026.126</u>

17 Cauções em garantia

A SCGÁS por ser Companhia de economia mista tem por obrigação legal, Lei 8.666/96, reter valores relativos a garantias de propostas comerciais e garantias contratuais, 1% e 5%, respectivamente, do valor do contrato. Tais valores são depositados pelos fornecedores que participam e vencem os processos licitatórios, sendo tais valores devolvidos ao término do contrato corrigido monetariamente pelo INPC. Em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 68.856 e R\$ 533.708 (R\$ 200.152 e R\$ 719.631 em 31 de dezembro de 2014) estão apresentados no passivo circulante e no passivo não circulante, respectivamente.

18 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto de 10.749.497 ações, sendo 3.583.167 ações ordinárias e 7.166.330 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2014), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			% de participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17%
Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41%
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1%
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100%</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e estatuto social da SCGÁS.

Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e as Centrais Elétricas S.A. - CELESC, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e Infragás S.A., questionando dentre outros assuntos, a transferência do controle acionário da SCGÁS e o acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013, o juízo de 1º grau concedeu liminar favorável aos autores. Entretanto, as acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, em 2ª instância, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar. Em dezembro de 2015, foi publicada sentença de mérito em favor dos autores, pelo juízo de 1º grau, tendo os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

a. Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 2015 e 2014 nenhum valor foi constituído, em função ao referido limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados com a distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

Com a destinação do lucro líquido do exercício de 2015 nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor de capital social, motivo pelo qual, com base no Artigo 199 da Lei 6.404/76 é proposta a aplicação de parte da reserva de retenção de lucros no aumento de capital social, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

c. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, via Assembleia Geral Ordinária realizada na Companhia criou a reserva estatutária destinada a retenção de parcela de lucro não realizado financeiramente decorrente da ação judicial em curso relativo ao plano de fidelidade, com consequente alteração do seu estatuto social. Tal reserva está limitada a 50% do valor do capital social e será realizada quando do transito em julgado da referida ação judicial.

19 Receita

a. Receita líquida de vendas

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	875.767.372	907.730.010
Deduções da receita bruta		
Devolução vendas	-	(25.082)
ICMS sobre vendas	(97.568.356)	(101.984.910)
ICMS - ST	(11.844.133)	(13.109.292)
PIS sobre vendas	(14.254.732)	(14.760.825)
COFINS sobre vendas	<u>(65.658.167)</u>	<u>(67.989.270)</u>
Receita Líquida	<u><u>686.441.984</u></u>	<u><u>709.860.631</u></u>

b. Receitas e custos de construção

	31/12/15	31/12/14
Receita de construção	28.722.917	40.863.475
Custos Construção	<u>(28.722.917)</u>	<u>(40.863.475)</u>
Receita Operacional Líquida de Construção	<u>-</u>	<u>-</u>

20 Custo dos produtos vendidos

	31/12/15	31/12/14
Custo GN	576.812.891	582.312.853
Custo Pessoal	3.683.558	3.246.648
Materiais	943.137	1.086.236
Serviços Terceiros	6.605.872	6.240.032
Alugueis	4.579.438	4.469.581
Gerais	91.357	100.814
Amortização	24.182.806	24.850.416
	<u>616.899.061</u>	<u>622.306.580</u>

21 Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/15	31/12/14
Provisão com Impairment SOP (nota explicativa nº 9)	(23.050.968)	-
Tributos e Taxas	(4.024.197)	(3.539.488)
Provisão para Contingências Jurídicas	(822.357)	(558.557)
Despesas Legais e Contingenciosas	(361.483)	(1.345.284)
Baixa de Bens	-	(448.447)
Doações lei Rounet / Desporto e FIA	(156.818)	(407.467)
Outras Receitas	946.184	1.045.787
	<u>(27.469.639)</u>	<u>(5.253.456)</u>

22 Resultado financeiro

	31/12/15	31/12/14
Receitas Aplicações Financeiras	545.006	1.104.018
Juros / Multa Clientes	2.823.900	2.157.445
Juros e taxas Financiamentos	(2.822.870)	(82.336)
Outras Despesas Financeiras	(520.944)	(337.154)
Resultado Financeiro	<u>25.092</u>	<u>2.841.973</u>

23 Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

a. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e venda de gás natural por empresas pertencentes à Petrobras.

	31/12/15	31/12/14
Composição dos saldos		
Ativo circulante		
Contas a receber BR Distribuidora	1.374.252	1.344.772
Ativo não circulante		
Adiantamento fornecedor de gás - Petrobras - SOP	26.887.333	38.575.569
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	126.381.137	117.605.095
Composição dos saldos	31/12/15	31/12/14
Receitas com partes relacionadas		
BR Distribuidora S/A	31.662.257	36.629.354
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	699.738.605	755.322.958

b. Remuneração - Conselho de administração, fiscal e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, estão demonstradas a seguir:

	31/12/15	31/12/14
Conselho de administração	141.631	133.325
Conselho fiscal	84.979	76.440
Diretores	1.387.486	776.015
	<u>1.614.096</u>	<u>985.780</u>

24 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que em se tratando das contas a receber de clientes o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda, devido a instabilidade regulatória, tem reduzido a liquidez da empresa. Para se proteger a SCGÁS avalia alternativas junto às instituições financeiras e já possui contrato de crédito rotativo junto à Caixa Econômica Federal, na modalidade Cheque Especial Caixa - Setor Público, no montante de R\$ 30 milhões, Cartão Corporativo junto ao Banco do Brasil. Além disso, para financiar os investimentos foi assinado um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao BNDES no valor de R\$ 26,8 Milhões.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. Em decorrência do comportamento do câmbio até dezembro de 2015 este risco está reconhecido no resultado na composição do custo do gás no montante de R\$ 17 milhões. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a este risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor quando da revisão tarifária, o que, conforme já mencionado, não está sendo observado pela Agência Reguladora. Se tal situação permanecer, a Companhia deverá estudar a possibilidade de acionar instrumentos de cobertura do risco cambial.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a este risco.

(iii) Risco Regulatório

A Companhia continua atravessando momento de instabilidade regulatória, embora a administração não tenha medido esforços no sentido de, junto a Agência Reguladora do Estado de Santa Catarina - ARESC, dar transparência ao cumprimento do Contrato de Concessão. A Companhia espera a conclusão por parte da ARESC do Processo Administrativo 026/09-3 que trata sobre o assunto.

Durante o exercício social 2015 a volatilidade do câmbio contribuiu para o aumento significativo no custo de aquisição do GN, principalente pela variação cambial, apesar da queda do preço do Petróleo no mercado internacional. Mesmo não havendo um pedido formal de reajuste, a SCGAS trabalhou no sentido de realizar diversas reuniões com representantes do mercado, FIESC, ARESC e acionistas no sentido de aprofundamento da metodologia tarifária e criar condições para repasses automáticos dos custos não gerenciáveis para a tarifa.

Este cenário pode expor a SCGAS a uma situação de forte contingenciamento de custeio e de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	31/12/2015	31/12/2014
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos		
Caixa e Equivalente de Caixa	47.895.781	37.717.171
Contas Receber Clientes	121.051.532	98.707.794
Titulos e valores mobiliarios	2.001.452	-
Passivos		
Fornecedores	131.940.618	129.446.842
Empréstimos e financiamentos	20.330.554	-

Análise de sensibilidade

A companhia está exposta a riscos de incorrer em perdas por conta de flutuações em taxas de juros, ou outros indexadores.

Abaixo estão demonstrados os montantes que estão sujeitos a tais riscos:

Descrição	Montante exposto	Indicador
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	44.369.619	CDI - 14,25%
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	26.887.333	m3 R\$ 0,10
Empréstimos e financiamentos	10.196.221	Selic
Empréstimos e financiamentos	10.134.333	TJLP

A Companhia adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros. As aplicações financeiras da Companhia são, principalmente, mantidas em operações vinculadas aos juros do CDI, conforme descrito na nota nº 3. As taxas de juros do mercado são monitoradas com o objetivo de assegurar a melhor rentabilidade das aplicações financeiras e para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os valores da citada exposição são apresentados a seguir:

Taxas	Cenário Provável	Cenário Possível (25%)	Cenário remoto (50%)
CDI - 14,25%	6.322.671	7.903.338	9.484.006
Valor do m ³ GN - 0,10	-	3.360.917	4.033.100
Empréstimos e financiamentos BNDES - SELIC	1.452.961	1.816.202	2.179.442
Empréstimos e financiamentos BNDES - TJLP	658.732	823.414	988.097

* * *